

Globalização dos mercados, integração europeia e soberania nacional

Tópicos de leitura para a viragem do século ()*

Ernâni Lopes

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva de tentarmos compreender um pouco melhor a complexa realidade que vivemos nestes tempos de viragem do século, faz sentido cruzar os três conceitos de globalização dos mercados, integração europeia e soberania nacional, por duas razões básicas:

- a primeira, porque tratando-se de conceitos de intenso impacto na vida corrente das populações e das instituições, constituem manifestações expressas de elementos fundamentais, a saber, respectivamente: o tecnológico-económico, o de resposta estratégica às condições da vida internacional e o político por excelência;
- a segunda razão, porque, no contexto das transformações que estamos a viver (e, quase certamente, daquelas de que apenas suspeitamos) aqueles três conceitos básicos permitem tratar, de modo sintético e numa visão de conjunto, alguns dos problemas – e perplexidades – que, naturalmente, se afirmam com redobrada intensidade em épocas de mudança estrutural dos referenciais de análise e da própria vida corrente das sociedades.

O medo face à mudança e a angústia face ao futuro não são bons conselheiros para a acção; por isso que valerá talvez a pena um esforço de compreensão e interpretação como base para uma mais firme e lúcida actuação face às realidades. Julgamos, com efeito, que a fuga aos problemas é a pior maneira de com eles lidar.

(*) Conferência Inaugural proferida na Cerimónia de Abertura das Actividades Académicas do IDN, em 29 de Novembro de 1996.

2. POSIÇÃO DO PROBLEMA

Na sequência das duas razões acabadas de apontar, cremos justificado procurar perceber as linhas elementares do que está a acontecer na economia mundial e os seus reflexos, simultaneamente, sobre o movimento regional de organização dos Estados europeus (a «integração europeia» ou, mais correntemente, a «construção europeia») e sobre a evolução do conceito de «soberania nacional».

Procuraremos, na sequência da exposição, resumir os fundamentos analíticos (bloco II) e explicitar as questões, os desafios e as vias de resposta (bloco III); no final, apresentaremos umas brevíssimas reflexões finais (bloco IV).

Para balizar o âmbito desta apresentação e, desse modo, melhor enquadrar como o problema se põe, poderemos recorrer a quatro ideias básicas:

- *mudança*, salientando que a questão principal (e, talvez, a mais difícil) é não lhe fugir; mas, sim, assumir a mudança/gerir a mudança. Não se trata de recorrer a um amontoado mais ou menos sofisticado de conhecimentos ou de técnicas; trata-se de elaborar e desenvolver uma atitude, um estado de espírito, um modo de olhar para as coisas e para o mundo e de lidar com ambos;
- *a aparente afirmação de algo de radicalmente novo no Sistema Económico Mundial*, em resultado da crescente afirmação, por razões tecnológicas, da globalização e da actuação, nas economias, do chamado «polígono das mobilidades» que exprime a raiz dos mecanismos conducentes ao próprio processo de globalização dos mercados;
- o papel do conceito de «*soberania nacional*» no contexto do «vendaval de mudança» que estamos a viver;
- *os custos de ajustamento da mudança*, sendo certo que mudança sempre houve (p.e., os «30 Gloriosos»).

A questão agora é que os custos são maiores: não é mudança dentro do mesmo padrão, é mudança de padrão. É, certamente, mais penoso que a mudança do pós-guerra 45 até 1973/74 e há um custo psicológico e social resultante do afastamento/alteração dos padrões habituais anteriores (p.e., da sociedade agrária e da sociedade industrial).

Não admiram os medos e angústias dos Povos europeus e as disfunções verificadas nas economias e sociedades europeias.

Globalização, integração europeia e soberania nacional formam um espaço de reflexão/acção estratégica onde se corporizam/manifestam, sob formas facilmente compreensíveis, quase como que palpáveis, os efeitos das transformações de fundo sobre aspectos básicos da organização da vida dos Povos. Por isso têm um duplo interesse:

- *no estudo*, de carácter analítico e reflexivo;
- *na acção*, de carácter estratégico para a condução dos negócios do Estado e para a actuação concreta dos agentes económicos, so-ciais, políticos e culturais.

3. OS FUNDAMENTOS ANALÍTICOS

Para sistematizarmos um esboço rudimentar de análise, podemos utilizar a matriz do Quadro seguinte.

	Globalização dos mercados	Integração europeia	Soberania nacional	
	Sistema económico	Sistema social	Sistema político	Sistema ideológico- -cultural
Sistema económico	eco/eco	eco/soc	eco/pol	eco/idc
Sistema social	soc/eco	soc/soc	soc/pol	soc/idc
Sistema político	pol/eco	pol/soc	pol/pol	pol/idc
Sistema ideológico- -cultural	idc/eco	idc/soc	idc/pol	idc/idc

Quadro 1 – Os fundamentos analíticos⁽¹⁾

⁽¹⁾ No decurso de trabalhos anteriores, foram identificados, como significativos, 45 componentes no conjunto dos 16 elementos da matriz (4x4) das relações intersistemas.

OBSERVAÇÕES DE CARÁCTER GERAL

Da leitura do Quadro, haverá, de imediato e na versão simplificada em que está apresentado, que salientar o seguinte:

- a matriz resulta do cruzamento de uma segmentação tradicional – com as suas inevitáveis limitações – da realidade social, uma por natureza;
- releteremos, portanto, os quatro sistemas tradicionais: económico, social, político e ideológico-cultural;
- cada um dos elementos da matriz é susceptível de preenchimento com o registo de fenómenos verificados através da observação directa → obviamente, não é possível, neste momento, apresentar o conteúdo de cada um deles;
- o que mais interessa é estabelecer, analisar e avaliar esta *matriz das relações intersistemas*, em cada um dos seus pontos de cruzamento das linhas com as colunas, prestando especial atenção:
 - aos interfaces;
 - ao grau de compatibilidade sistémica do conjunto;
- os aspectos mais relevantes que importará agora salientar são os seguintes:
 - o papel fulcral do *sistema social*;
 - a questão decisiva da articulação entre *coerência e consistência* das relações inter-sistemas;
 - as forças de *coesão/repulsão* e a capacidade de *síntese, coerente e consistente*, contida e efectivada, numa sociedade historicamente concretizada (p.e., Portugal na segunda metade dos anos 90; ou, num modelo muito mais complexo, as sociedades europeias no mesmo período);
- o núcleo central do Quadro pode, com algum esforço de distorsão da realidade, ser aplicado a um sistema relativamente fechado e auto-definido (p.e., um sistema nacional). Mas, inexoravelmente, ele está sujeito ao perpassar, pelo seu interior, de múltiplas linhas de força, as quais condicionam e alteram as condições de funcionamento da matriz. Seleccionaremos apenas as três que agora directamente interessam:
 - os efeitos da globalização dos mercados;
 - os mecanismos directos e indirectos da integração europeia;

- a evolução factual (e só posteriormente teorizada) do conceito de soberania nacional.

SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DOS MERCADOS

A globalização dos mercados constitui um factor poderoso de ruptura da «normalidade» anterior de todos os sistemas (em particular o económico, mas com fortes efeitos induzidos sobre os três restantes). *Não é mais possível*, hoje, encarar os assuntos da Política Económica (mais exactamente: da política, *tout court*) num referencial assente numa lógica de sistema fechado; o impacte, ainda crescente, da globalização destrói as referências tradicionais e exige uma releitura das coisas e uma reelaboração dos modos de actuação. É assim, certamente, ao nível da visão política geral, da concepção da política macroeconómica, das noções sobre a estrutura e o funcionamento da Administração Pública, da teoria e da prática da acção sindical e, *last but not the least*, da gestão de empresas.

Pode, com alguma segurança, dizer-se que, em cada um daqueles domínios específicos, o que se sabia (ou se julga hoje saber) com base na experiência acumulada desde o pós-guerra 45, de pouco serve para compreender e resolver as questões actuais – e perspectiváveis para o futuro.

Mas não haverá que deduzir, directa e primariamente, que a Humanidade está a caminhar para um mundo unitário, sob a pressão da globalização. Alain TOURAINE⁽²⁾ abordou directamente esta questão há uns meses atrás, salientando dois tópicos básicos:

- por um lado, apresentando a tese de que essa representação de um mundo unitário «é ideológica, uma mistura artificial de fenómenos de índole distinta, e que terá uma curta duração»;
- por outro lado, chamando a atenção para «pelo menos quatro fenómenos» que se inserem na mesma visão global mas que o Autor considera totalmente independentes, heterogéneos, a saber:
 - a produção, difusão e consumo mundial de informação;
 - a formação de uma rede financeira mundial;

⁽²⁾ Cf. «Um mundo global em fragmentos», Correio da AESE, Série Documentação, n.º 205 de 15.SET.96

- a generalização mundial do desenvolvimento, com a formação de novos países industriais;
- finalmente, a «americanização».

SOBRE OS MECANISMOS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Aquilo que, de há cerca de meio século, designamos por «construção europeia», constitui um processo singular de evolução política na História dos Povos europeus.

O que interessará agora salientar, ultrapassando o estudo sistematizado da construção europeia (que não teria cabimento nesta pequena intervenção) será, tão somente, uma breve referência ao impacte da globalização sobre as economias europeias e ao significado da UEM.

Do ponto de vista da sua inserção no SEM, os modelos económico e social dos países da UE estão em grande parte esgotados, aparentemente incapazes de produzirem novas soluções para os novos problemas postos pela globalização.

Por isso, nas economias e sociedades europeias da viragem do século, a questão da articulação entre competitividade e solidariedade põe-se e pôr-se-á com a crueza das realidades factuais.

Teremos, certamente, de enfrentar e gerir tensões, rupturas, turbulências, porventura desestabilizações, seguramente cansaços de vária ordem.

É bom sabermos que, provavelmente, assim será, para melhor podermos resolver as situações difíceis.

E será também útil que tenhamos a lucidez de tentarmos compreender os mecanismos e a coragem para avançar com as soluções necessárias. Nem uma (a lucidez), nem outra (a coragem) podem, neste momento, ser consideradas como consistentemente adquiridas no conjunto dos sistemas políticos, económicos e sociais europeus.

Vista de fora (expressamente por parte dos EUA, discretamente por parte do Japão) a economia europeia é encarada como «um museu industrial».

Na mesma passada – e também mais fácil, porque visto de fora – os norte-americanos rápida e estrategicamente percebem as exigências de mudanças de fundo se impõem nas economias e sociedades europeias; e, perante as hesitações, as tergiversações, os emperamentos jurídico-buro-

cráticos, talvez as incapacidades que detectam, tudo podem sintetizar numa simples expressão: *«just do it!»*

É esta ruptura do contexto externo da UE, derivada da globalização, que mostra a relevância do projecto da UEM: a questão toda é os Europeus saberem *se querem, ou não*, ter algum papel relevante na economia mundial, em paralelo com os outros actores significativos: desde logo e seguramente, os outros dois pólos da «Tríade» (EUA e Japão); numa visão mais diluída, menos segura mas potencialmente relevante, os quatro «proto-pólos» do SEM em fase aparente de afirmação: a China, a Rússia, a Índia e o Brasil.

É quase confrangedor, atendendo à posição relativa da Europa (concretamente da UE) perante os restantes dois (ou seis) pólos, relembrarmos as três macro-políticas que caracterizam uma potência global:

- uma macro-política económica e monetária comum;
- uma macro-política comum de relações externas;
- uma macro-política comum de segurança e defesa.

Por isso podemos dizer, a propósito da UEM, que a sua concretização constitui, antes de mais, um passo necessário para responder à opção (que os Europeus procuram evitar, mas que a globalização impede que possa ser evitada) seguinte: *os Europeus querem que a Europa – i.e., a UE – seja uma potência global ou uma mera potência regional?*

A UEM não é uma solução em si mesma; é um instrumento básico (como acima lembrámos). A UEM não é uma receita milagrosa nem um anátema perverso; é uma condição prévia, pelos mecanismos de ajustamento e de resposta estratégica que propicia, à afirmação da UE – das economias europeias – face à pressão das realidades da economia mundial que, nesta segunda metade da década de 90, pouco tem a ver com os anos dourados da construção europeia (que coincidiram com os que FOURASTIÉ designou como os «30 Gloriosos» e que ainda perduram, erradamente, no espírito de muitos dirigentes europeus que tiveram a sua formação de base nos anos 50 e 60).

SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA NACIONAL

A utilização multiforme do conceito de soberania nacional constitui o elemento ideológico estruturante da afirmação e da acção do poder político

dos Estados (sobretudo europeus) nos últimos séculos (na sua pujança plena, nos Séculos XIX e XX).

Por sua natureza, a ideologia do Estado-Nação tende a cobrir todos os aspectos da vida das sociedades e, enquanto lhe for possível preservar uma forma consistente de organização em modelo fechado (autocoerente e autoconsistente) e afirmar basicamente a sua vontade num determinado território, tende a reproduzir-se e a acentuar as suas características.

A principal fonte de perturbação da lógica interna do modelo ideológico (e suas sequelas práticas) é o grau de identificação, absorção e gestão de choques exógenos.

Os mais rudimentares de entre tais choques exógenos são os de natureza física, de agressão militar – e são também os mais visíveis, mesmo quando apenas ao nível da ameaça. Mas outros tipos de choques exógenos podem manifestar-se, veiculados por vectores bastante diferenciados: desde o vector económico ou financeiro, ao ideológico, ao tecnológico. Toda a elaboração teórica sobre o carácter multidimensional do conceito de defesa nacional radica naquele mecanismo básico.

Ao longo da curta história da formação e do desenvolvimento da CE/UE (dos 6 Estados-membros iniciais, aos 9, 10, 12 seguintes e aos actuais 15; e da estrutura inicial baseada na noção elementar de união aduaneira até à estrutura actual, mais complexa, embora ainda insuficiente) perpassa o impacto, sobre a pureza e a dureza do conceito de soberania nacional na sua manifestação nas duas Guerras Mundiais do Século XX, dos múltiplos choques exógenos que se manifestaram sobre as estruturas nacionais pré-existentes.

É absolutamente seguro que não foi com radioso júbilo que os Estados-Nação europeus cederam soberania ao longo dos anos de execução dos Tratados de Paris e de Roma; é seguro, também, que, em contrapartida, compreenderam, desde o início, que, cada um de *per si*, não estariam em condições de responder aos problemas dramáticos da reconstrução europeia e da resposta à pressão estratégica da União Soviética.

E é, também, seguro – para irmos ao essencial no plano conceptual – que a CE/UE pôde ir ladeando, sem a enfrentar frontalmente, a questão de fundo: *a relação entre supranacionalidade e soberania nacional*.

Sob o impacto da globalização, nas sequelas político-sociológicas das vicissitudes da ratificação em 1992 do TUE e no contexto de crise estrutural

das economias europeias, duas consequências teriam, mecanicamente, de se afirmar – e afirmaram-se na generalidade dos países europeus:

- a emergência *de correntes neonacionalistas*, opondo-se à construção europeia e mostrando componentes mais ou menos acentuados de racismo e xenofobia;
- o início de um período (de duração imprevisível e que, consequentemente, está em pleno curso) em que a realidade força a UE a explicitar e enfrentar a questão de fundo que, como há pouco salientámos, procurou evitar, i.e., a *relação entre supranacionalidade e soberania nacional*.

Vistos estes tópicos sumarássimos sobre os fundamentos analíticos, é possível procurarmos, de seguida, abordar os aspectos mais ligados à vida corrente, i.e., as questões, os desafios e as vias de resposta que se colocam à Europa e a Portugal nos próximos anos.

4. AS QUESTÕES, OS DESAFIOS E AS RESPOSTAS

Para simples efeitos de sistematização, poderemos classificar:

- *como questões*, os aspectos que, verificados pela análise da realidade, suscitam problemas gerais, com implicações sobre o conjunto da economia e da sociedade e de cuja resolução dependerá o curso dos acontecimentos;
- *como desafios*, temas específicos, em boa medida resultantes dos aspectos incluídos na categoria anterior, que constituem áreas relevantes requerendo decisão;
- *como vias de resposta*, aqueles que se me afiguram (na sequência da reflexão sobre os modos concretos como se põem as questões e os desafios, numa leitura prospectiva) ser os percursos necessários em termos de actuação, na ausência dos quais não encontro maneira de resolver os bloqueios actuais nem, muito menos, de encontrar e concretizar soluções inovadoras e vigorosas para o futuro. O preço de uma tal ausência será, provavelmente, uma prolongada deterioração económica, social e política, com a correspondente perda de posição da Europa face à pressão da concorrência global e a sua limitação ao estatuto de potência meramente regional.

Sistematizando estas três grandes categorias como linhas de uma matriz com duas colunas (a primeira referente à Europa, no sentido de UE e a segunda a Portugal), obtemos o Quadro na página seguinte, no interior do qual estão identificados os diferentes componentes que, na nossa opinião, constituem *a malha estratégica das questões económicas e sociais europeias e portuguesas*.

A resolução das dificuldades, a boa gestão dos riscos e o aproveitamento das perspectivas abertas pelos elementos portadores de futuro, i.e., a possibilidade de, face à crise actual de mutação, discernir os perigos e as oportunidades nela intrinsecamente contidos, dependem, antes de mais, da nossa capacidade de compreensão e de acção, como suportes da estruturação mais adequada, ainda que exigente, das nossas mentalidades. Em suma, dependem, sobretudo, do modo como soubermos articular, por um lado, *inteligência e vontade* com, por outro lado, o conjunto de *valores, atitudes e padrões de comportamento* que pautam a nossa acção concreta.

Na manifesta impossibilidade de, na presente ocasião, tratarmos, com o mínimo de profundidade exigida, cada um dos 28 componentes da matriz apresentada, limitar-nos-emos a cinco comentários de ordem geral:

- os componentes identificados afiguram-se-me como os mais relevantes; mas, certamente, outros poderiam ser seleccionados, em função de um diferente mix de grelha de leitura/sensibilidade: *a inevitabilidade do relativismo da compreensão* de uma realidade tão complexa é inerente ao próprio objecto;

- o que sobretudo conta (aceitando, nas suas limitações, o conjunto adoptado de componentes) é a *fundamentação metodológica* da concepção de conjunto e a *rede geral dos interfaces contidos na matriz* – desse modo, a noção de malha estratégica (que a matriz procura exprimir) poderá, talvez, mostrar a sua utilidade;

- não sendo aqui tratados, haverá que ter presente que alguns dos tópicos incluídos na matriz *já foram em diferentes oportunidades, objecto de apresentação específica* e desenvolvimento;

- vendo a complexidade de cada um dos elementos – e, sobretudo, do conjunto da malha estratégica – afigura-se-me evidente a necessidade de aprofundarmos, ao nível europeu e ao nível português, o estudo destas questões fundamentais para o futuro. E não é necessária imaginação

	Europa	Portugal
Questões	Preservar a riqueza e o bem-estar. Relações economia/sociedade/política. Desemprego. Ameaças à segurança e à estabilidade. Supranacionalidade/soberania mundial.	O nível relativo de DES face à média da UE. Papel de Portugal no mundo (P/Europa/África). Para que serve a economia portuguesa na economia global? Afirmção cultural. Gerir a relação local com a Espanha no polígono macroestratégico imediato Atlântico/África do Norte/UE/Europa Oriental.
Desafios	Papel na economia mundial → a passagem para a «new economy». Alguma forma de liderança política mundial. Projectar a civilização europeia para o futuro. Potência regional/potência global. Competitividade/solidariedade.	Modernização → Desenvolvimento empresarial. Educação/formação. Duas questões nacionais no último quartel do séc. XX: – por onde passa a fronteira entre centro e periferia do SEM? – o que é ser Português no início do séc. XXI? O significado conceptual e o conteúdo prático de «soberania nacional».
Vias de resposta	Aprofundamento da const. Europeia e UEM/ Alargamento da UE e visão estratégica. Sobressalto e <i>breakthrough</i> → o núcleo duro da afirmação da Europa: que valores, atitudes e padrões de comportamento → elite(s) dirigente(s) europeia(s) e nacional(ais). Tecnologia, cultura, inovação e iniciativa → as empresas e a sua vitalidade. A visão americana: «<i>just do it!</i>»	Reestruturação industrial → o presente entre o peso do passado e a exigência de uma visão para o futuro. Projecto nacional com articulação global → densidade de reflexão teórica e capacidade de concretização. A resposta decisiva (mas, compreensivelmente, também a mais difícil): emergência e afirmação de uma elite dirigente. Ultrapassar a desculpa de que «a culpa é do mar» (António PINTO LEITE. Expresso, 10.AGO.96)

escaldante para compreender as potencialidades do *cruzamento metodológico entre Geopolítica e Prospectiva* – duas abordagens que se me afiguram tão indispensáveis quanto promissoras para tentarmos perceber, conceber e «fazer bem» algo que, mais do que nos permita «sair do Século XX», nos dê a possibilidade de gerirmos como «entrar no Século XXI». De contrário, é altamente provável que nos limitemos a deixar-nos afogar numa atmosfera de «*fin de siècle*», sem outra «*raison d'être*» que a pobreza do mero existir;

– finalmente, permitam-me que saliente, de entre os 28 elementos identificados, dois que (sem serem, no plano metodológico, dominantes em relação aos restantes) se revestem, na sua aparente veste teórica, de significado prático imediato e, porventura, decisivo: *sobressalto e breakthrough; elite dirigente*.

5. REFLEXÕES FINAIS

Retomando os três componentes do tema inicial, poderemos agora, para concluir, procurar perspectivá-los no enquadramento deste tempo exaltante de mutação, na viragem do século. Tempos de mutação são tempos de exigência acrescida de coragem e lucidez.

Por isso, valerá a pena sintetizar, agora, o essencial de cada um dos três componentes, vendo-os na óptica da leitura da viragem do século:

- a *globalização dos mercados* é algo com que teremos, muito simplesmente, de viver; o que significa que toda a estrutura económica da Europa e de Portugal passará por uma transformação sem precedentes desde o pós-guerra 45. E avisados andaremos se, em vez de lutarmos por manter o que perdeu energia e dinamismo, procurarmos inovar nos domínios económico, social e político;
- a *integração europeia*, no que ela procura realizar de «construção europeia», é um instrumento (complexo, mas um instrumento) para a realização de um desígnio estratégico de afirmação dos povos europeus. Ultrapassada a fase clássica da integração europeia, directamente ligada ao modelo bipolar do Sistema de Relações Internacionais, o que está em jogo é se a Europa seguirá somente a via da decadência (ainda que provavelmente lenta e relativamente abastada) ou se, por via de um sobressalto que lhe abra o caminho para

algum novo *breakthrough*, abrirá um novo período com papel relevante no quadro global;

- a noção de *soberania nacional* é, antes de mais, uma concepção teórica, passada à prática através de mecanismos formais e/ou simbólicos que traduzem, em cada momento histórico concreto, a vontade politicamente estruturada de um Povo.

O que importa relevar é que, contrariamente ao que tantas vezes sucede, *a tradução prática da soberania nacional adquire manifestações diferenciadas ao longo do tempo* – e é simples hipocrisia ou mera fantasia projectar visões teóricas edulcoradas do passado para as realidades do presente, ou do futuro. Ora, acontece que essas realidades, nos planos económico e tecnológico, são particularmente duras hoje e sê-lo-ão mais no futuro previsível. Por isso, na situação actual, a noção de soberania nacional (para além da sua tradução prática) constitui *um elemento essencial de coesão e afirmação dos Estados* – e, porque essencial, *a ser usado com realismo e não com arroubos que apenas escondem impotências*.

Da conjugação dos efeitos destes três componentes, face à sua repercussão sobre o mundo em que vivemos, cada Povo, no momento actual, terá de encontrar a sua forma de resposta e afirmação.

No quadro de mutação estrutural das condições de enquadramento vigentes num passado cronologicamente ainda muito recente, a UE tem, hoje e para o futuro previsível, a dupla tarefa essencial de assegurar a organização do espaço regional europeu e projectar o seu papel na economia e na política globais. Se o fará, ou não, só se saberá com o tempo.

Mas, desde já, importa salientar que nada impede, senão nós próprios, que nós, Europeus, despertemos para as tarefas do futuro.

No que directamente nos respeita, tudo exige que nós, Portugueses, saibamos interpretar os «sinais dos tempos» e encontrar novas formas de afirmação.

A questão toda é esta: interpretando bem o nosso passado, sem hipocrisias, nem pieguices, nem escapismos, haveremos de ser capazes de reinterpretar o nosso futuro – é isso que acontece, como nós Portugueses já provámos, quando a actuação inteligente, corajosa e com sentido de serviço da elite dirigente se articula com a força de todo um Povo.

O que temos pela frente, Portugueses e Europeus, não é resolúvel apenas com o instrumental de que dispusemos em situações que estão para trás.

Neste sentido do caminhar histórico, justificar-se-á retomar a divisa desta Casa, divisa que devemos não apenas conhecer mas assumir e honrar.

Porventura a mais séria maneira de a honrar será percebermos e assumirmos aquilo que ninguém sabe melhor que nós, Portugueses: **os caminhos da Nação não pré-existem; constroem-se.**

Ernâni Lopes